

ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS FEMINISTAS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: APROXIMAÇÕES INICIAIS DE UMA TESE

ROSANA ALVES GOMES¹; ROSANGELA SCHULZ²

¹Universidade Federal de Pelotas1 – r.gomes@hotmail.com1

²Universidade Federal de Pelotas – rosangelaschulz@gmail.com2

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um esboço das aproximações iniciais ao campo de pesquisa para o projeto de doutoramento. Tal empreitada tem como temática central as estratégias adotadas pelas mulheres negras para se inserirem como sujeito político nos espaços de deliberação político-partidária institucional, no Brasil contemporâneo, desde a perspectiva do feminismo negro. Nesse sentido, proponho apresentar neste trabalho: i. A caracterização geral do campo de estudo; ii. Alguns dados atuais sobre situação das mulheres negras na política institucional; iii. Algumas estratégias utilizadas por feministas negras em suas candidaturas nas eleições municipais de 2016 e nas eleições estaduais de 2018, que trazem em seu bojo a possibilidade de uma ruptura com as formas tradicionais do fazer político a partir da perspectiva solidária e coletiva.

O sistema Político Brasileiro, sob a perspectiva de gênero, é um dos mais desiguais do mundo. Segundo indicadores disponíveis no “Observatório da Igualdade de gênero da América Latina e do Caribe ” (OIG)¹, o Brasil está no fim da fila em matéria de participação da mulher como protagonista da política. Segundo o observatório, só 4,9% dos ministérios do Brasil são ocupados por mulheres. A título de comparação, na Espanha esse número chega a 63,2% e na América Latina a média é de 28,2%. No legislativo, a situação não é melhor. Conforme dados mapeados pelo mesmo observatório, na 56ª Legislatura (2019-2023), só 15% das cadeiras na Câmara de Deputados foram ocupadas por mulheres no Brasil. Na América Latina, por exemplo, essa média sobe para 31,6%. Quanto às prefeituras chefiadas por mulheres, a média para o continente latino-americano é de 15,5%, acima da encontrada no Brasil, que é de 11,6%. A partir desses dados preliminares, confirmamos, portanto, um postulado já amplamente conhecido nos estudos de gênero: os espaços de atuação e de protagonismo da política institucional ainda são majoritariamente ocupados pelos homens – diga-se de passagem, principalmente homens brancos.

Oficialmente, conforme dados divulgados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), as eleições de 2020 têm a maior proporção e o maior número de candidaturas negras da história, somando cerca de 272 mil candidatos e candidatas – considerando negros e pardos –, representando 49,9% do total de indivíduos registrados. As mulheres negras, que mais interessa no escopo desse trabalho, correspondem a proximamente 48% das candidaturas negras, marcando também uma maior proporção de mulheres pretas e pardas nestas eleições. Trata-se, portanto, de um avanço.

No entanto, embora tenha que ser reconhecido, de fato, esse número de pessoas negras inscritas não necessariamente significa maiores condições de elegibilidade. Inúmeras são as barreiras que dificultam, aos homens e às

¹ O OIG é um órgão ligado à CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – que faz parte da ONU.

mulheres negras, o direito à legítima participação na arena político-institucional, que vão desde o racismo psicossocial difundidos na sociedade até os baixos recursos dos fundos partidários que são destinados às candidaturas negras². Exemplo disso encontra-se nas eleições de 2018, quando quase metade dos proponentes ao legislativo em todo o país eram pessoas negras, mas, no fim, somente 4% acabaram eleitas. Quando entrecruzadas as categorias de gênero e raça, esse número é ainda menor, pois as mulheres negras eleitas correspondem a apenas 2% do Congresso Nacional e menos de 1% da Câmara dos Deputados.

Normalmente, nos debates sobre as distorções de gênero no sistema político-partidário, é apontado o sexismo como uma das principais causas da exclusão da mulher dos locais formais de poder. Já quanto à participação das mulheres negras, suas razões são múltiplas e inter-relacionadas, tendo como pano de fundo a dupla discriminação que incide sobre seus corpos: o racismo e o sexismo, questões estruturais de nossa sociedade, e também presente dentro das agremiações partidárias.

É nesse contexto, somada à conjuntura de acirramento do neoliberalismo e das disputas por um novo projeto de sociedade, que o feminismo negro do século XXI – caudatário dos avanços e acúmulos de mulheres negras dos séculos passados – desponta como um dos principais atores na arena de disputas pelo sentido da democracia e partilha do poder.

No cenário político-institucional, são as candidaturas de mulheres negras as que vêm apresentando uma das maiores novidades na política representativa, resistindo à ofensiva de uma conjuntura de retrocessos por meio da adoção de uma nova narrativa – que traz em seu bojo a cultura matricial da coletividade – e da defesa de uma agenda política estruturada nos eixos de pertença racial, feminista e periférica. Propõem, assim, uma ruptura às formas tradicionais do fazer político e um reposicionamento da agenda feminista, de forma que sejam incluídas as demandas das mulheres negras e periféricas.

2. METODOLOGIA

No que tange ao projeto de Doutorado, pretende-se utilizar a abordagem da metodologia qualitativa de investigação, de modo a analisar as estratégias de ação adotadas pelas mulheres negras feministas, para se inserir e resistir na esfera da política tradicional. Para tanto, serão analisadas os projetos político coletivos de sociedade e os escopo metodológico da ação das candidaturas negras feministas vitoriosas nas eleitas municipais de 2020 e federais de 2022. Para a elaboração deste trabalho, em específico, utilizou-se pesquisa bibliográfica e coleta de dados junto a banco de dados na internet.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tanto os processos de invisibilização da contribuição das mulheres negras para a luta feminista, quanto a violência institucional por essas vivenciadas face à sua sub-representação nos espaços de poder e decisão político-partidário, são

² Importante ressaltar que, com a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de antecipar os incentivos às candidaturas de pessoas negras, no formato definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições de 2022 para as eleições desde ano, tal distorção poderá ser atenuada. Nessa decisão, os partidos terão de dividir recursos do fundo partidário e tempo de rádio e TV de forma proporcional entre as candidaturas negras e brancas. Fonte: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF738cautelar.pdf>. Acessado 25 set. 2020.

fenômenos complexos e para os quais não pretendemos realizar aqui nenhuma genealogia. Com isso em mente, e apenas para situar o leitor, convém demarcar os anos 1970 como a década em que o debate de gênero, sob a perspectiva da mulher negra, ganha espaço nas Américas. Feita essa demarcação, no Brasil, porém, a assunção da perspectiva interseccional “gênero” e “raça” vai ocorrer, de fato, somente a partir de 1985, por ocasião do “3º Encontro Feminista Latino-Americano” realizado em Bertioga (SP). Conforme Djamila Ribeiro, isso se explica ao trazermos a situação da mulher negra para a realidade concreta, visto que, para além de não se verem identificadas com movimento feminista “tradicional” – formado majoritariamente por mulheres brancas e de classe média – suas pautas e reivindicações não eram contempladas na agenda política dessa organização. Desde então, muitas mulheres negras passaram então a se organizar para ocupar os espaços de poder e decisão.

No entanto, no que se refere à participação política das mulheres negras, há um paralelo entre a ausência de representação desses sujeitos políticos na esfera político-partidária e institucional, em cargos eletivos, e uma forte presença sua nos movimentos sociais e entidades associativas – tais como associações de bairro, religiosas, sindicatos, ou mesmo dentro dos partidos políticos (SEPPIR, 2015). Outrossim, passados mais de três décadas da redemocratização do Brasil, verifica-se que a marginalização das mulheres em geral, e das mulheres negras em particular, da arena política institucional ainda é um desafio posto à agenda do feminismo interseccional.

Apresentando-se como parte do escopo da empreitada de transformação social e da política institucional, novos modos de fazer política vêm sendo empunhados por mulheres negras posicionadas desde o feminismo negro. Aqui, é importante frisar que no tocante à questão identitária, esta não chega a constituir-se exatamente uma novidade em debate eleitoral. A novidade encontra-se nas novas estratégias de ocupação coletiva de espaços sociais e das instâncias de deliberação política institucional, assumidas por esses sujeitos políticos, feministas negras. Tais estratégias valem-se de dinâmicas políticas solidárias e coletivos – como as propostas de mandatos coletivos – para enfrentar os desafios de ingresso no enrijecido sistema político eleitoral Brasileiros.

Neste sentido, é possível perceber já nas eleições 2016 um novo formato de ação política, em Minas Gerais, a partir das campanhas vitoriosas de Áurea Carolina e Cida Falabella, ambas pelo PSOL. Nessa eleição Áurea, uma mulher negra, tornou-se a vereadora mais votada da história da cidade; a singularidade desta campanha, porém, está na perspectiva colaborativa adotada entre candidatas/companheiras de legenda, pois embora suas candidatas não formassem expressamente uma candidatura coletiva, durante a campanha, elas pediam voto para as colegas, inovando assim ao adotar uma postura menos personalista e ao mesmo tempo solidária. A partir de suas eleições, desenhou-se um mandato coletivo formado pelas duas vereadoras, que passaram a trabalhar com uma equipe única, o Gabinetona³, com estratégias compartilhadas, posicionamentos coletivos e um gabinete comum, em um sistema de co-verança.

Porém, o movimento mais inovador de candidatura coletiva, predominantemente negra, aconteceu em Pernambuco nas eleições de 2018, quando cinco mulheres – Robeyoncé Lima, Kátia Cunha, Jô Cavalcanti, Carolina Vergolino e Joelma Carla – formaram o coletivo Juntas (PSOL)⁴, sendo eleitas

³ <https://gabinetona.org/site/>

⁴ <https://www.juntascodputadas.com.br/>

para da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Formalmente, quem ocupa o cargo de deputada estadual é Jô Cavalcanti, porém, as outras quatro coreadoras participam do mandato, tomando suas decisões em conjunto, além de contar com um conselho político formado com membros da sociedade civil.

Por fim, é importante ressaltar que a estratégia dos mandatos coletivos não se configura como especificidade dos movimentos feministas negros. No entanto, a especificidade dessas duas experiências aqui brevemente abordadas está na orientação feminista e racialmente identitária de tais propostas, orientando assim o seu fazer político.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou realizar as aproximações iniciais para um projeto de Doutorado em Ciência Política pela UFPEL. Pode-se concluir que, se por um lado, o acesso das mulheres negras à arena da política institucional segue sendo marcado pelas condições de intensa desigualdade e violência. Por outro lado, as feministas negras organizadas têm enfrentado a invisibilidade, subalternidade e sub-representação nos espaços institucionais de poder a partir da elaboração e apresentação à sociedade de candidaturas que defendem novos modos de fazer política – de forma colaborativa e horizontal – como parte de um novo projeto político de sociedade mais amplo, que propõem uma transformação social radical.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. [Versão Kindle].

SEPPIR- Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder**. Brasília, 2015.

OIG. OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÊNERO. Acessado em 26 set. 2020. Online. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt>

STF. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito 4.831 Distrito Federal**. Online. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF738cautelar.pdf>. Acessado 25 set. 2020.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Acessado em 26 set. 2020. Online. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>